

A DIMENSÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA DA PRINCESA ISABEL

ANGELA BONARD MICCI BORGES DE CAMPOS*

* Graduada em História pela Universidade Católica de Santos e mestranda no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação na Universidade Católica de Santos.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo abordar a formação extensiva à educação formal da Princesa Imperial Isabel Cristina, bem como discutir a trajetória política na preparação da futura imperatriz do Brasil. Procura ainda, lançar um novo olhar sobre as qualificações adquiridas por ela para o exercício do poder, apontando indícios de que tenha construído sua forma de governar.

PALAVRAS-CHAVE

Princesa Isabel; Papel Feminino; Política Imperial

ABSTRACT

This article aims to address the extensive training to formal education of Imperial Princess Isabel Cristina and discuss the political trajectory in the preparation of the future empress of Brazil. It also seeks to launch a new look at the qualifications acquired by it for the exercise of power, pointing to evidence that has built its form of government.

KEYWORDS

Princess Isabel; Female Role; Imperial Policy

A EDUCAÇÃO DA HERDEIRA

Após a Princesa Isabel Cristina ter sido reconhecida como a herdeira presuntiva do trono brasileiro, D. Pedro II proporcionou para a filha, uma educação diferente da usual para as mulheres da elite oitocentista. O Imperador investe numa educação voltada às ciências e às letras, comumente destinada aos homens, que se encerra aos 18 anos com o casamento de Isabel com Gastão de Órleans. A partir daí, iniciou-se outro tipo de formação, aquela que lhe daria experiência de vida e mais clareza de ideias. Depois de três vezes à frente do governo do Império como regente, a princesa Isabel adquire também experiência política para exercer o cargo no Terceiro Reinado.

A formação política

D. Pedro II deu à Isabel uma educação própria às mulheres que deveriam governar e que não diferiu da que se dava aos homens, como relatou no documento descrito por ele como “Atribuições da Aia”¹, onde se lê:

Quanto à educação só direi que o caráter de qualquer das princesas deve ser formado tal qual convém à senhoras que poderão ter que dirigir o governo constitucional de um Império como o do Brasil.

A instrução não deve diferir da que se dá aos homens, combinada com a do outro sexo, mas de modo que não sofra a primeira. Convirá conformar-se, quanto for de proveito, aos regulamentos da instrução pública primária e secundária.

Entretanto, não a preparou para os trâmites do governo, não a familiarizou com o poder, nem lhe proporcionou nenhuma experiência nesse sentido, muito pelo contrário. Ele a manteve afastada de todos os assuntos do Estado. Roderick Barman² sugere que o imperador assim agiu por não admitir que alguém pudesse governar enquanto ele ainda estava no poder ou talvez por recear perdê-lo. Todavia, é provável que assim tivesse procedido, porque foi a maneira como ele também foi educado, ou seja, estar afastado do governo e preparando-se para ele, até o momento certo. Sobre isso Lilia Moritz Schwarcz em sua obra comenta que após a coroação e sagração do Imperador “(...) afastado dos negócios e da direção do Estado, D. Pedro II completava sua educação, mais dirigida para as ciências e para as letras, conforme competia a um monarca” (SCHWARCZ, 1988, p. 85). Sendo assim, pode parecer estranho, mas por experiência própria, é possível que tenha decidido que assim seria com sua sucessora. Portanto até o momento de seu casamento, a princesa Isabel manteve-se afastada das funções governamentais.

A Princesa, em sua adolescência, não saía de casa, não ia às ruas, não frequentava bailes nem festas, não ia a teatro nem às óperas, enfim, não participava da vida social da corte. Às vezes que saía era à missa ou às festas

religiosas. Não tinha contato com o que acontecia nas ruas nem com a população. Somente aos 18 anos, depois do seu casamento em 15 de outubro de 1864, com Gastão de Órleans, o Conde D'Eu, é que se revela um novo ciclo de sua educação, uma etapa não formal, pois seu convívio com uma pessoa, que vem de outra realidade, de um outro mundo, educado num país onde não havia escravidão, a Princesa Isabel começa a ter percepção do diferente. Outra situação também contribui para essa “educação”. Gastão tentou preencher as lacunas do aprendizado da esposa. Segundo Barman, Isabel “tratou de se aplicar no programa de autoaprimoramento cultural exigido pelas instruções de Gastão” (2005, p. 113), selecionando livros relevantes para tal fim, sobre a Constituição inglesa, por exemplo, como também, Tocqueville e Octave Feuillet, que, por vezes, liam juntos. Ela fazia todas as leituras recomendadas e mantinha-se informada pelos jornais. E continuava estudando, agora de maneira informal, mas que contribuiu grandemente para sua formação e informação.

D. 1138 1862 29. setembro

Lundi

De 7^h à 8^h 1/2 — Etude de l'histoire de Portugal
 De 8^h 1/2 à 9^h — Leçon de français
 De 9^h à 10^h — Etude du piano
 De 10^h à 11^h — devoir de latin. liste française
 De 11^h à midi — gram. française. Homonymes
 De midi à 2^h — Dessin.
 De 2^h à 3^h — Dîner
 De 3^h à 4^h — Leçon d'allemand
 De 4^h à 5^h — Leçon de la langue de l'écrit
 De 5^h à 7^h — Recréation
 De 7^h à 8^h 1/2 — Lecture des Barres.
 De 8^h 1/2 à 9^h — Souper. Prière.
 De 9^h à 9^h 1/2 — Etude de l'hist. de France.
 faire un devoir d'anglais.

Mardi

De 7^h à 7^h 1/2 — Etude de 2 vers français.
 De 7^h 1/2 à 8^h — de français et de
 De 8^h à 10^h — Leçon d'allemand, devoir
 de latin.
 De 10^h à 11^h — Leçon d'anglais
 De 11^h à 11^h 1/2 — Leçons.
 De 11^h 1/2 à 2^h — Leçon de piano. Hist. de Portugal
 et hist. de France par St. de H.
 De 2^h à 3^h — Dîner
 De 3^h à 4^h — Leçon de physique.
 De 4^h à 5^h — Leçon de physique et lecture
 De 5^h à 7^h — Recréation
 De 7^h à 8^h 1/2 — Latin avec l'Empereur
 De 8^h 1/2 à 8^h — Souper et prière
 De 8^h à 9^h — Tableau du Moyen-Age
 lecture française

Rotina e horário de aulas - Pasta denominada “Educação das filhas”

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis / Ibram / MinC

Em meados do século XIX, as mulheres da elite imperial eram educadas visando torná-las boas esposas e virtuosas mães. Raras eram as exceções. Portanto, o casamento era o caminho certo para as senhoras da época, pois, somente o matrimônio ou o recolhimento conventual traziam sossego aos pais e garantiam a honradez feminina. Para a Princesa Isabel, sua situação de mulher casada garantiu-lhe outro status, que faz com que o pai passasse a tratá-la como adulta. D. Pedro II convida o casal para uma visita a repartições públicas e, pela primeira vez, a Princesa teve contato com os negócios do governo. (BARMAN, 2005, p. 98). Quando da sua primeira viagem à Europa, em janeiro de 1865, o pai lhe sugere que se inteire das tecnologias industriais da Inglaterra e assim a princesa começa a ter contato com um mundo que até então não conhecia. Iniciou-se aí, uma nova etapa de sua educação como pessoa porque ela passa a ter uma nova vivência. Ao retornar, após conhecer economias com mão de obra livre, pautadas no capital, com vida social intensa e onde as mulheres já desfrutavam de maior liberdade, talvez já carregue consigo um germezinho de mudança, de uma diferente maneira de ver as coisas, outro modo de pensar. Entretanto, a essa altura é muito provável que ela ainda não pensasse em administrar um império, de estar à frente de um país. E isso fica muito evidente quando ela assume a primeira regência em que vai de maio de 1871 a março de 1872, segundo carta escrita a seu pai, D. Pedro II, em 4 de junho de 1871, onde ela diz: “Enfim a caranguejola por ora vai indo, e espero bem entregá-la antes que vá abaixo.” (BARMAN, 2005, p. 160).

Enquanto estava na Europa, pela segunda vez, presenciou o falecimento em fevereiro de 1871, de sua única irmã, Leopoldina, um ano mais nova que ela. Foi um duro golpe. Logo que retorna ao Brasil, o marido vai encontrar-se com o sogro no Rio Grande do Sul, pois durante a ausência do casal, havia eclodido a Guerra do Paraguai e este agora partia para o front. Quando Gastão retorna, ela quer se dedicar ao marido. Pois então, no momento em que a Princesa Isabel foi requerida para assumir, em 1871, suas funções de regente, durante uma viagem do Imperador, ela o faz como quem carrega um fardo e que não vê a hora de desfazer-se dele, situação relatada por ela na carta enviada ao Imperador em 4 de fevereiro de 1872, “Amanhã terei despacho e audiência. Quando me vir livre de tais negócios darei graças a Deus.” (BARMAN, 2005, p. 164). Naquele momento ela estava preocupada em viver seu casamento, a decorar sua casa, exercer seu papel feminino, cumprir as obrigações inerentes às mulheres de sua época. E gostava disso. Uma grande preocupação, porém, tomava os pensamentos da Princesa. Ela precisava engravidar. Fazia parte das suas obrigações femininas. Ela já estava casada há mais de sete anos e ainda não havia dado herdeiros ao marido e, sobretudo, ao trono. Sua irmã que se casara pouco depois dela tinha tido seus filhos e ela ainda não os tinha. É possível imaginar as pressões que a Princesa Isabel sofreu, não só da família, como de todo o império, mas principalmente dela própria por não ter conseguido gerar uma criança, prova disso são as tantas viagens em busca de consultas médicas e aos inúmeros tratamentos a que se submeteu na tentativa de engravidar. Ela sabia que o marido e principalmente seu pai esperavam isso dela. E provavelmente ela

se cobrou ainda mais com as pressões veladas, como quando seu pai volta de viagem e traz consigo os filhos de Leopoldina, agora órfãos, para que fossem preparados para assumirem o trono, uma vez que a tia não deixaria ninguém para sucedê-la. Portanto, o governo não fazia parte dos planos imediatos dela. Ela sanciona nessa regência a Lei do Ventre Livre, contudo não teve participação alguma na tramitação, mas sua concordância facilitou a passagem da lei. Com a volta de D. Pedro II, ela volta a sua rotina doméstica de mulher casada.



Princesa Isabel à esquerda lendo um livro, ao centro a Imperatriz Teresa Christina e à direita a Princesa Leopoldina

Foto: PACHECO, Joaquim Insley

Fonte: Museu Imperial/Ibram/MinC – requerimento de autorização nº 38/2014

Por vários motivos, o casal decide voltar à Europa e aos tratamentos contra a infertilidade. E lá mesmo ela engravida novamente. Volta para o Brasil e em 1874, depois de horas de um trabalho de parto difícil, nasce morta sua primeira filha. O abalo físico e emocional que se abateu sobre a princesa foi enorme. Além da perda, ela atestava ali, sua incapacidade de cumprir o maior papel feminino. Contudo, dali a um ano a Princesa Isabel se vê grávida de novo. E felizmente, a gravidez transcorre perfeitamente. Em 15 de outubro de 1875 nasce Pedro de Alcântara, o Príncipe do Grão Pará, assim denominado pela Constituição, o herdeiro do trono.

Depois de 11 anos espera, pressões e muitos choques emocionais, é fácil compreender que a Princesa de derramasse em atenção e cuidados com o filho. Porém o dever de novo lhe chamava. Com outra viagem de D. Pedro

II, novamente ela precisa assumir, pela segunda vez, a regência do Brasil que compreende o período de março de 1876 a setembro de 1877. Essa missão foi-lhe ainda mais penosa que a anterior, dada a sua situação pessoal e a própria situação política e econômica do Brasil que havia mudado, econômica e politicamente para pior. O Imperador pediu-lhe para que, ao menos, ela se sustentasse no poder até seu retorno. Roderick Barman relata que

O conjunto de recomendações que escreveu a D. Isabel, pouco antes de viajar, era totalmente defensivo, quase pessimista no tom. Sua principal preocupação era que a filha se aguentasse no cargo, e ele não apresentou nenhuma visão coerente do caminho a seguir. (2005, p. 193).

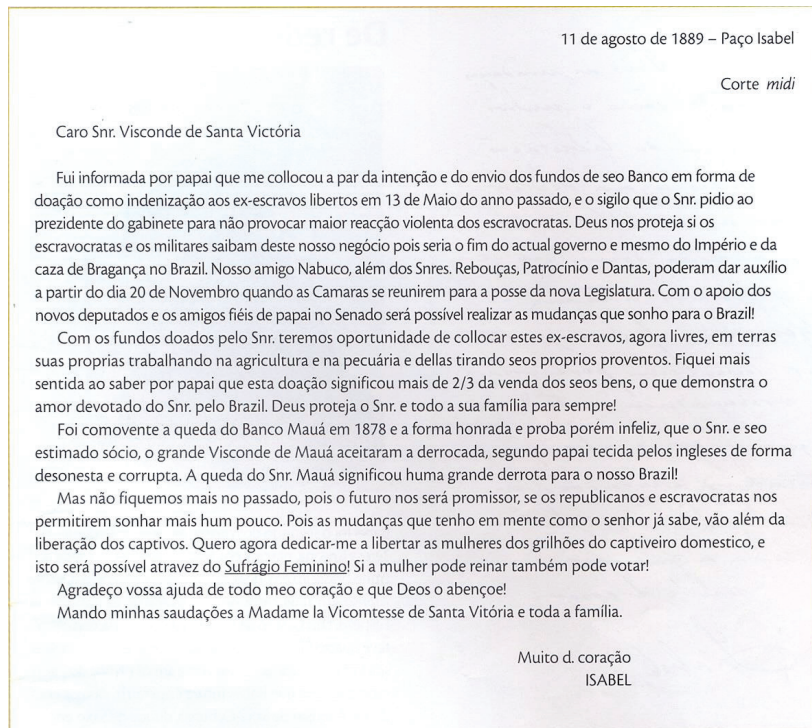
Além de todas as crises pelas quais passava o Império, naquele momento, ela não queria governar, não queria saber dos problemas políticos e econômicos do país, queria cuidar do seu filho esperado. Ela só queria ser mãe. O que reforçaria a crença e os dizeres masculinos sobre a falta de capacidade de uma mulher para estar no mundo dos negócios e muito menos para gerir um Império. No entanto, não deixa de tecer comentários sobre os problemas brasileiros que exigem solução, entretanto diz que espera ter forças para ajudar a resolvê-los, pois teme não conseguir. (BARMAN, 2005, p. 194). Situação completamente diferente de quando ela assume a terceira regência, dez anos depois. Mas, entre um governo e o outro, ela assumiu definitivamente o seu papel de mãe e esposa, afastando-se do cenário político.

Ainda assim, a imprensa continuava cada vez mais e muitas vezes de maneira agressiva, a denegrir a imagem de Isabel, taxando-a de carola e retrógrada, por suas práticas religiosas, e de incapaz, por ser mulher, exemplo do comentário feito pelo jornal “A Metralha”, de 23 de novembro de 1888, que ironiza: “Isabel I, pobre burgueza, sabendo um pouco de piano e canto, muito carola, casada com um príncipe vencedor de asneiras bellicas. Roubou ao povo a iniciativa da abolição”³. Assim como esse periódico, muitos outros questionavam sua capacidade.

Os jornais acreditando e fazendo acreditar nisso, colocava já seu marido, o Conde D’Eu, como o futuro governante, o que mais desagradava a todos, por imaginarem um estrangeiro no poder. Os políticos opositores e mesmo os aliados de seu pai, não acreditavam que ela tivesse capacidade para estar à frente do executivo. Prova dessa desconfiança é uma correspondência datada de 6 de abril de 1871, onde o Visconde do Rio Branco pede o parecer do Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos sobre questões constitucionais referentes à legitimidade da regência da Princesa Imperial, sobre suas atribuições e sobre o direito da Assembleia Geral limitar essas atribuições⁴. É possível notar-se através do teor dessa carta, certa insegurança que causava nos políticos da época, a iminência do poder estar nas mãos de uma mulher. Porém, alguns atos, comentários e enfrentamentos realizados por ela podem ser considerados indícios de que a personalidade e capacidade da Princesa Isabel era muito mais do que ela demonstrava até ali, contudo até o momento da terceira regência ela era somente a herdeira e com todo o respeito que tinha pelo pai, não tomava a sua frente. Entretanto a situação que se

apresentou a partir dali, fez com que ela mudasse de postura. D. Pedro II, muito doente, embarca em viagem para tratamento de sua saúde em junho de 1887, deixando Isabel pela terceira vez na regência, que duraria até seu retorno em agosto de 1888.

Todavia a essa época, tornara-se mulher de 40 anos, mãe de três filhos, mais experiente e madura. Já havia cumprido de maneira satisfatória os papéis impostos a todas as mulheres. Com a doença do pai se agravando dia a dia e na iminência de D. Pedro II não retornar da viagem, fez com que a Princesa tomasse decisões por si só. Desta vez não houve recomendações do imperador quando partiu. Talvez a partir desse momento, ela tomasse ciência do que enfrentaria como governante e a imperatriz começa a tomar forma. Vai mostrando que não era alienada do mundo da política, pois com a intenção de passar o projeto da abolição completa, sabia que com o ministério que ali se encontrava jamais o projeto passaria. Isabel cobra atitudes do ministério, que não resistindo às pressões e pede demissão, o que ela assina rapidamente, destituindo assim a casa em cuja frente, estava o Barão de Cotegipe, que ela sabia ser conservador, porém, escravocrata, pois conhecia aquelas pessoas e mais, tinha ciência de quais eram suas atribuições e seus poderes. Mandou buscar o Conselheiro João Alfredo, que não se encontrava na Corte, porque sabia que com ele à frente do Ministério, ela passaria o projeto. E conseguiu. É provável, portanto que a Princesa Isabel não fosse aquela incapaz que os homens do governo a julgavam. Ela conhecia os trâmites do poder, bem como a estrutura governamental, pois sabia que somente o Imperador, ou no seu caso, a Regente, poderia desmontar um ministério e nomear outro. Talvez se ela não tivesse articulado a mudança ministerial, não teria feito passar o projeto da abolição total e sem indenização tal como ela queria. Sendo assim, a Princesa Isabel deixa de ser somente a mão que assina como no caso da Lei do Ventre Livre e passa a ser definitivamente um agente ativo no processo de Abolição. Embora ciente de que esse ato poderia custar, como custou, a sua coroa. Mesmo antes da libertação, ela já atuava em clubes abolicionistas, com campanhas de arrecadação de verbas para comprar alforrias, comprovada em carta de 9 de abril de 1886, do Conde D'Eu ao Barão de Mamoré, onde consulta sobre “a participação da Princesa num comitê de libertação de escravos no município”⁵, chegando até, segundo registros do diário de André Rebouças⁶, a esconder escravos fugidos. O que não teria acontecido anteriormente, pois até seu encontro e união com Gastão de Órleans, o Conde D'Eu, é plausível supor que a Princesa Isabel não tenha pensado em escravidão, porque para ela, no mundo em que vivia, aquela situação parecia-lhe completamente normal, era aquilo que ela havia presenciado a vida toda, pode não ter pensado que aquelas pessoas poderiam viver de forma diferente. Talvez nunca tivesse pensado numa mudança de situação e que fosse possível essa mudança, pois seu mundo era aquele que ela vivenciava dentro do palácio e a escravidão seria, portanto, uma situação normal.



Fonte: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3. n. 31. maio 2006

As atitudes que a Princesa Isabel tomou desde que assumiu a terceira regência, fez com que algumas pessoas dissessem que ali estava começando o terceiro reinado, fato comentado pelo jornal “A Democracia” na edição de 12 de julho de 1887, em sua página inicial. Sem reservas para executar e planejar. Prova disso é uma correspondência de agosto de 1889, que se encontra no arquivo do Memorial Visconde de Mauá⁷ e que, segundo estudos realizados, confirmam sua autoria, onde a Princesa escreve ao Visconde de Santa Victória, agradecendo uma doação à causa dos escravos, fala de sucessões legislativas, pois,

Com o apoio dos novos deputados e os amigos fiéis de papai no Senado será possível realizar as mudanças que sonho para o Brazil!

Além desse assunto, trata também da preocupação com os ex-escravos quando diz usar a verba da doação para colocá-los em terras próprias e delas tirarem seu sustento. Termina a carta dizendo que:

[...] as mudanças que tenho em mente como o senhor já sabe, vão além da libertação dos captivos. Quero agora dedicar-me a libertar as mulheres dos grillhões do captiveiro domestico, e isto será possível atravez do Sufrágio Feminino! Si a mulher pode reinar também pode votar!

É possível então supor, que a Princesa Isabel era muito mais do que se mostrou e muito além do que os homens republicanos deixaram transparecer. É plausível considerar, que a educação formal recebida, combinada com a “mesma que se dá aos homens” e mais a educação informal, adquirida

posteriormente, acrescida das experiências vividas ao longo dos anos, tenham preparado Isabel para que pudesse assumir o trono brasileiro, se tivesse tido a oportunidade. E parece provável, a julgar pelas idéias expostas em suas correspondências, que tivesse sido um governo de mais elasticidade para o papel feminino na sociedade e maior igualdade social. Entretanto, a própria carta ainda requer outros estudos para dar sustentáculo a essa “nova Princesa Isabel”. É questão que propõe maiores investigações.

FONTES DE ORIGEM PRIMÁRIA

A DEMOCRACIA. Rio de Janeiro: Órgão Republicano, 12 de julho de 1887. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/democracia/748749>> Acesso em: 19 de outubro de 2015.

A METRALHA. Rio de Janeiro: 23 de novembro de 1888. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/metralhadora/177539>> Acesso em: 19 de outubro de 2015.

ATRIBUIÇÕES da Aia. Documento M.29 - Doc. 1038 s/d. Pasta denominada “Educação das filhas”. Acervo do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

BRANCO, Visconde do Rio. Carta confidencial para Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos. Corte, 6 de abril de 1871. Documento I-2GV. 27/3/1871. RB.c1-2. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

DIÁRIO de André Rebouças. Documento DL 464.6, 1888, p. 125.

LEAL, Priscilla. O lado rebelde da princesa Isabel. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, nº 31, p. 68-74. maio 2006.

ÓRLEANS, Gastão de. Carta para Barão de Mamoré. Petrópolis, 9 de abril de 1886. Documento M 196 - Doc. 8885 9/4/1886. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

REFERÊNCIAS

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. Trad. Luiz Antônio Oliveira Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOTAS

¹ Documento constante da pasta denominada “Educação das filhas”, acervo do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

² Roderick J. Barman, historiador inglês e membro do Departamento de História da University of British Columbia, biógrafo de D. Pedro II e da Princesa Isabel.

³ JORNAL “A Metralha”, 23 de novembro de 1888.

⁴ CARTA confidencial, I-2GV. 27/3/1871. RB.c1-2. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

⁵ Documento pertencente ao Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

⁶ Engenheiro de formação e um dos mais ferrenhos abolicionistas, era amigo pessoal da Família Imperial.

⁷ Carta publicada em maio de 2006 como matéria de capa da Revista de História da Biblioteca Nacional.

